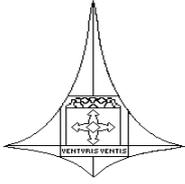




ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DO DF

JANEIRO/2018



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
ASSESSORIA DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**



**ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DO
DISTRITO FEDERAL**

JANEIRO/2018

APRESENTAÇÃO	02
ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA	03
CENÁRIO MACROECONÔMICO	06
ARRECADAÇÃO DO ICMS	09
ARRECADAÇÃO DO REGIME SIMPLIFICADO	22
ARRECADAÇÃO DO ISS	22
SÉRIES HISTÓRICAS	30

APRESENTAÇÃO

Elaborado pela Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais/GAB/SEF, o presente relatório tem o propósito de divulgar os valores da arrecadação de origem tributária do Distrito Federal referente ao mês de janeiro de 2018.

A fonte dos dados apresentados é o Sistema Integrado de Gestão Tributária – SIGGO em 20/02/2018. Para as arrecadações do ICMS e do ISS por segmento econômico, a fonte é o Sistema Integrado de Tributação e Administração Fiscal – SITAF em 05/02/2018.

As informações são apresentadas por meio de tabelas e gráficos, acompanhados de comentários, de forma a evidenciar o comportamento das receitas de origem tributária no mês de janeiro de 2018, em relação a janeiro de 2017.

Inicialmente, aborda-se o total da arrecadação de origem tributária, sendo apontados os itens de receita que mais contribuíram para o resultado observado. Em seguida, faz-se a exposição da arrecadação do ICMS, item de receita de maior representatividade, detalhada por situação de recolhimento e atividade econômica. É dado destaque à arrecadação do regime simplificado de tributação (Simples Nacional) nos últimos seis meses, discriminando os recolhimentos a título de ICMS e ISS. A arrecadação do ISS é tratada na sequência por situação de recolhimento e atividade econômica. Após, são apresentadas séries históricas das receitas de origem tributária.

Brasília, 22 de fevereiro de 2018.

Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais/GAB/SEF

ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA

No mês de janeiro de 2018, a receita de origem tributária totalizou o montante de R\$ 1.285,5 milhões em valores correntes. No confronto com janeiro de 2017, aponta-se acréscimo nominal de 13,5%, que corresponde a um crescimento real de 11,4%, tendo como índice de correção monetária o INPC/IBGE. A tabela abaixo apresenta a receita de janeiro discriminada pelos principais tributos, variações nominais e reais e participações percentuais no total da arrecadação.

DISTRITO FEDERAL: ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DADOS SIGGO em 20/02/2018

VALORES EM R\$ MIL

ITEM	jan/18	jan/17	janeiro/2017 pelo INPC/IBGE (c)	Variação Nominal		Variação Real		Composição da arrecadação em janeiro/18
	(a)	(b)		(a) - (b)	(a)/(b)	(a) - (c)	(a)/(c)	
ICMS	702.087	660.968	673.353	+41.120	+6,2%	+28.734	+4,3%	54,6%
ISS	131.352	155.155	158.062	-23.803	-15,3%	-26.710	-16,9%	10,2%
SIMPLES	40.174	35.651	36.319	+4.522	+12,7%	+3.854	+10,6%	3,1%
IRRF	220.869	128.162	130.564	+92.707	+72,3%	+90.306	+69,2%	17,2%
IPVA	81.508	62.870	64.048	+18.638	+29,6%	+17.460	+27,3%	6,3%
IPTU/TLP	23.317	17.991	18.328	+5.326	+29,6%	+4.989	+27,2%	1,8%
ITBI	24.526	23.904	24.352	+622	+2,6%	+174	+0,7%	1,9%
ITCD	8.103	7.159	7.293	+944	+13,2%	+810	+11,1%	0,6%
Outras Taxas	4.940	6.525	6.647	-1.585	-24,3%	-1.707	-25,7%	0,4%
Receita Tributária Total (A)	1.236.877	1.098.386	1.118.967	+138.491	+12,6%	+117.910	+10,5%	96,2%
Dívida Ativa	28.640	19.273	19.634	+9.368	+48,6%	+9.006	+45,9%	2,2%
Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa	8.929	5.981	6.093	+2.948	+49,3%	+2.836	+46,5%	0,7%
Multas e Juros de Mora dos Tributos	11.075	9.080	9.250	+1.995	+22,0%	+1.825	+19,7%	0,9%
Total das Outras Receitas (B)	48.645	34.334	34.977	+14.311	+41,7%	+13.667	+39,1%	3,8%
Total da Arrecadação (A) + (B)	1.285.522	1.132.720	1.153.945	+152.802	+13,5%	+131.577	+11,4%	100,0%

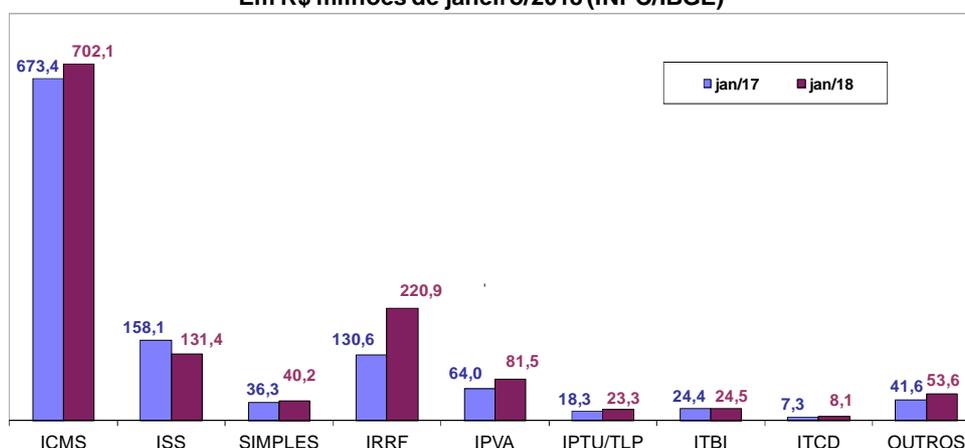
Fonte: SIGGO.

Avaliando o desempenho real da arrecadação tributária em janeiro de 2018 frente a janeiro de 2017, verificou-se que o aumento real de 11,4% da receita total está em grande parte atrelado ao resultado do IRRF, segundo tributo com maior representatividade no total de receitas tributárias auferidas, o qual apresentou acréscimo de 69,2% (+R\$ 90,3 milhões), em decorrência de efeito estatístico, pela baixa arrecadação contabilizada em janeiro de 2017. Por sua vez, a baixa arrecadação em janeiro de 2017, seguiu o mesmo comportamento do ano anterior, quando a retenção do imposto referente à folha de pagamentos do exercício de 2015 ocorreu em dezembro de 2015, acarretando em acréscimo do imposto em dezembro de 2015 e decréscimo em janeiro de 2016. Dessa forma, o mesmo ocorreu entre 2016 e 2017, com alta arrecadação de IRRF em dezembro de 2016 e baixa em janeiro de 2017.

Excluindo-se o IRRF, a arrecadação total em janeiro de 2018 apresentou acréscimo real de 4,0% em relação a janeiro de 2017, e nesse caso, o ICMS foi o tributo que mais se destacou.

Assim, quanto aos tributos indiretos, o ICMS computou expansão real de 4,3% (+R\$ 28,7 milhões), ao passo que o ISS decresceu 16,9% (-R\$ 26,7 milhões). Para os demais tributos, excetuando-se Outras Taxas, houve elevações reais, sendo que o principal destaque foi o IPVA, com acréscimo de 27,3% (+R\$ 17,5 milhões).

Arrecadação em janeiro/2018 contra janeiro/2017 - sem incentivado
Em R\$ milhões de janeiro/2018 (INPC/IBGE)



O Índice FipeZap de Preços de Imóveis Anunciados, calculado pela Fipe com base nos anúncios de apartamentos prontos publicados no site do ZAP Imóveis e em outras fontes da Internet em 20 cidades brasileiras, registrou estabilidade em janeiro de 2018 (-0,01%), resultado muito próximo ao observado em dezembro de 2017 (+0,01%). Como o IPCA de janeiro apresentou variação de 0,29%, o Índice FipeZap inicia o ano com queda real no preço de venda de imóveis residenciais.

Considerando os últimos 12 meses, o Índice FipeZap registrou recuo no preço médio (-0,54%) dos imóveis residenciais. Nesse intervalo de tempo, 11 das 20 cidades pesquisadas acumulam queda nominal no preço de venda, onde as maiores quedas ocorreram no Rio de Janeiro (-4,72%), Niterói (-3,14%), Fortaleza (-2,87%) e Distrito Federal (-2,37%). Por outro lado, entre as cidades que acumulam alta no preço médio de venda, apenas em Florianópolis (+4,78%) a variação observada superou a inflação acumulada no período (+2,97%). Como resultado, o preço médio de venda de imóveis

Quanto à comparação entre receita realizada e prevista em janeiro de 2018, a arrecadação total realizada ficou acima da considerada na previsão mensal em R\$ 120,7 milhões, conforme demonstra o quadro abaixo, o que corresponde a um desvio positivo de 9,4% da realização. Os tributos que mais contribuíram para esse desvio foram o IRRF, com R\$ 76,9 milhões, seguido pelo IPVA com R\$ 16,5 milhões e o ICMS com R\$ 13,4 milhões.

VALORES EM R\$ MIL

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - JANEIRO 2018							
	PREVISÃO MENSAL (A)	LOA (B)	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (C)	RECEITA REALIZADA (D)	(D-A)	(D-B)	(D-C)
ICMS	688.670	699.486	667.012	702.087	13.417	2.602	35.076
ISS	137.321	137.607	137.607	131.352	(5.969)	(6.255)	(6.255)
SIMPLES	38.544	34.545	34.545	40.174	1.629	5.629	5.629
IRRF	143.998	143.998	143.998	220.869	76.872	76.872	76.872
IPVA	64.983	25.784	25.784	81.508	16.525	55.724	55.724
IPU/TLP	15.194	15.371	15.371	23.317	8.123	7.946	7.946
ITBI	26.612	26.489	26.489	24.526	(2.086)	(1.962)	(1.962)
ITCD	6.295	6.277	6.277	8.103	1.808	1.826	1.826
OUTRAS TAXAS	5.613	5.669	5.669	4.940	(673)	(729)	(729)
RECEITA TRIB TOTAL	1.127.230	1.095.225	1.062.751	1.236.877	109.647	141.652	174.127
DÍVIDA ATIVA	25.938	23.956	23.956	28.640	2.703	4.684	4.684
M/J DÍVIDA ATIVA	4.023	5.722	5.722	8.929	4.905	3.207	3.207
M/J TRIBUTOS	7.649	9.175	9.175	11.075	3.427	1.900	1.900
TOTAL OUTRAS REC	37.610	38.853	38.853	48.645	11.035	9.792	9.792
TOTAL DA ARRECADAÇÃO	1.164.840	1.134.077	1.101.603	1.285.522	120.682	151.444	183.918

Quanto à previsão contida na LOA para o mês de janeiro, o excedente amplia-se para R\$ 151,4 milhões, principalmente devido ao desvio do IPVA, que ampliou para R\$ 55,7 milhões.

Em relação à Programação Financeira, que reflete a previsão da LOA com exceção da receita do ICMS, que sofreu contingenciamento de R\$ 400 milhões, o excedente amplia-se novamente por causa do desvio do ICMS, que cresceu para R\$ 35,1 milhões.

CENÁRIO MACROECONÔMICO

O quadro a seguir resume os indicadores econômicos considerados relevantes na elaboração do presente relatório.

Indicador	Unidade	Fonte	dez/16	nov/17	dez/17	acum. ano	últ. 12 meses	projeção 2018
IPCA (1)	variação %	IBGE/BACEN	0,38%	0,28%	0,29%	0,29%	2,86%	3,81%
IPCA - Brasília	variação %	IBGE/BACEN	0,72%	0,48%	-0,15%	-0,15%	2,87%	nd
SELIC (a.a)	variação % a.a.	BACEN	13,00%	7,50%	7,00%	----	----	6,75%
PIB BRASIL	taxa trimestral %/ ano ant	IBGE/BACEN	-0,50%	----	2,56%	----	----	2,80%
IBC-Br	var % mês/mês ant	BACEN	-1,82%	0,30%	1,41%	----	----	----
Taxa de desemprego no DF (2)	%	CODEPLAN	18,6%	18,4%	17,9%	----	----	----
Índice FipeZap ampliado (20 cidades; 1)	variação %	Fipe	0,00%	0,01%	-0,01%	-0,01%	-0,54%	----
Índice Fipe-Zap DF (1)	variação %	Fipe	-0,44%	-0,21%	-0,08%	-0,08%	-2,37%	----
Preço médio imóvel DF (1)	R\$/m ²	Fipe	8.432	8.238	7.842	----	----	----
Venda de combustíveis no DF (m ³)	var % mês/mês ant	ANP	6,35%	-2,53%	3,85%	-0,93%	-0,93%	----
Produção Industrial Mensal - Brasil (PIM-PF; 3)	var % mês/mês ant	IBGE	1,9%	0,2%	2,8%	7,1%	3,1%	3,51%
Receita nominal de vendas - com. varej. ampliado (BR)	var % mês/mês ano ant.	IBGE	-1,2%	4,8%	2,6%	2,0%	2,0%	----
Receita nominal de vendas - com. varej. ampliado (DF)	var % mês/mês ano ant.	IBGE	-2,8%	-1,3%	-5,1%	-6,0%	-6,0%	----
Consumo de energia elétrica no DF	var % mês/mês ant	EPE	-7,81%	6,14%	-7,22%	-4,58%	-4,58%	----
Veículos licenciados no Brasil	var % mês/mês ant	Fenabreve	13,40%	0,66%	4,12%	25,61%	25,61%	10,30%
Veículos vendidos no DF	var % mês/mês ant	Sincodiv	10,71%	-9,50%	27,35%	5,30%	5,30%	----

Obs: 1. O IPCA, os índices Fipe-Zap e o preço médio do imóvel referem-se aos meses seguintes aos indicados nas respectivas colunas;

2. As taxas e números referem-se aos meses anteriores aos indicados nas respectivas colunas;

3. O índice refere-se à indústria geral.

PIB

Considerando o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), que apresentou elevação de 1,41% em dezembro (após variação positiva de 0,3% em novembro - dado revisado de 0,49%), a economia brasileira completou o quarto mês consecutivo de crescimento e fechou 2017 com crescimento de 1,04%.

No quarto trimestre de 2017, em relação aos três meses anteriores, o indicador registrou alta de 1,26%. Em comparação com igual período de 2016, o crescimento foi de 2,56%. Ante dezembro de 2016, o índice tem alta de 2,14%.

De acordo com o Boletim Focus do Banco Central de 16 de fevereiro, divulgado no dia 19, as estimativas para o crescimento da economia para a expansão do PIB de 2018 foram elevadas de 2,70% para 2,80%, enquanto a taxa de crescimento estimada para 2019 manteve-se em 3,00%. Para o ano passado, cujo resultado será divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apenas em 1º de março, o mercado acredita que o Produto Interno Bruto (PIB) tenha avançado pelo menos 1%, o dobro da taxa divulgada no Boletim Focus do Banco Central de um ano atrás (17/02/2017), de 0,50%.

IPCA

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial do país, iniciou 2018 em desaceleração, passando de 0,44% em dezembro de 2017 para 0,29% em janeiro deste ano. A taxa é a menor para o mês desde a criação do Plano Real, em julho de 1994. Em 12 meses, o índice acumula avanço de 2,86%, o menor desde 2007, quando alcançou 2,99%. Os dados foram divulgados no dia 8 de fevereiro pelo IBGE.

No Boletim Focus de 16 de fevereiro, a previsão dos analistas consultados pelo Banco Central para a variação do IPCA em 2018 foi reduzida de 3,95% (quatro semanas atrás) para 3,81%.

Quanto ao comportamento dos índices por região, Brasília registrou a menor taxa entre as 13 regiões pesquisadas (-0,15%), em virtude de itens como Vestuário (-1,20%) e Habitação (-0,85%), esse último influenciado pela queda em energia elétrica (-5,19%).

SELIC

Após a reunião que ocorreu em 7 de fevereiro, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central anunciou nova redução da Selic, a taxa básica de juros da economia, que passou de 7% para 6,75% ao ano. Esse foi o 11º corte consecutivo na Selic, que alcançou o menor patamar já registrado desde o início do regime de metas de inflação, em 1999. Também é a menor taxa de juros de toda a série histórica do BC, iniciada em 1986.

De acordo com o Boletim Focus do Banco Central de 16 de fevereiro, a estimativa dos economistas consultados é que a taxa Selic encerre em 6,75% e 8,00% em 2018 e 2019, respectivamente (as mesmas de quatro semanas antes).

TAXA DE DESOCUPAÇÃO

A taxa de desocupação no 4º trimestre de 2017 (11,8%) caiu 0,6 ponto percentual em relação ao 3º trimestre (12,4%). Na comparação com o mesmo trimestre de 2016 (12,0%), ficou praticamente estável. Já a taxa média anual passou de 11,5% em 2016 para 12,7% em 2017, a maior da série histórica da pesquisa. A população desocupada (12,3 milhões) caiu 5% (menos 650 mil) em relação ao trimestre anterior (13 milhões). Em relação a igual trimestre de 2016, quando havia 12,3 milhões de pessoas desocupadas, houve estabilidade. De 2014 a 2017, a média anual de desocupados praticamente dobrou, passando de 6,7 milhões para 13,2 milhões.

Os dados são da Pnad Contínua, pesquisa oficial sobre trabalho e rendimento do IBGE que estima como ocupados, o percentual de indivíduos que tinham um patrão (com ou sem carteira de trabalho assinada), os que exploravam seu próprio negócio e os que trabalhavam sem remuneração ajudando membros da família, e não classifica como ocupada a população que se encontrava em longos períodos de afastamento do exercício do seu trabalho remunerado naquela semana.

No Distrito Federal, a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-DF), divulgada em 31 de janeiro pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), mostra que a taxa de desemprego total sofreu redução, ao passar de 18,4% em novembro para 17,9% em dezembro, sendo estimado em 292 mil pessoas o número total de desempregados, redução de 8 mil em relação ao mês anterior.

No mês de dezembro, o contingente de ocupados foi estimado em 1.337 mil pessoas, 4 mil a mais em relação ao mês anterior. Segundo os setores de atividade econômica analisados, houve acréscimo do nível ocupacional na Construção Civil (mais 2 mil postos de trabalho) e nos Serviços (mais 8 mil), redução na Indústria de Transformação (menos 6 mil postos de trabalho) e estabilidade no Comércio. O número de empregados na Administração Pública pouco variou (menos 1 mil).

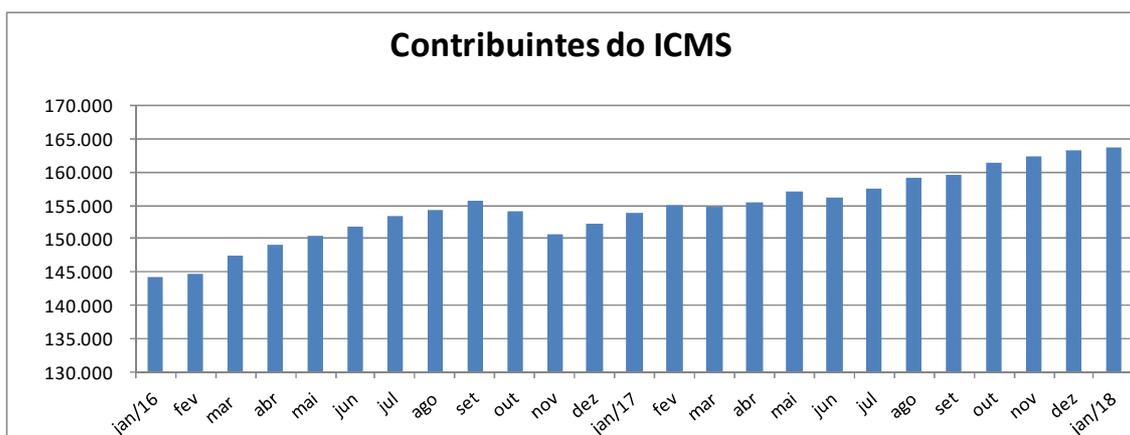
RECEITA DOS ESTADOS

Levantamento feito pela Folha de S. Paulo com base em relatórios de execução orçamentária e gestão fiscal dos 26 Estados e do Distrito Federal aponta que, entre janeiro e dezembro de 2017, a receita obtida com tributos alcançou, em nível nacional, a cifra de R\$ 462 bilhões, com crescimento de 0,43%, em relação aos R\$ 460 bilhões arrecadados no ano anterior. Os investimentos cresceram 13,0%, passando de R\$ 596,6 milhões para R\$ 685,7 milhões.

ARRECADAÇÃO DO ICMS

A receita do ICMS registrou no mês de janeiro de 2018 ingressos de R\$ 702,1 milhões em valores correntes. No comparativo com correspondente mês do ano anterior apurou-se acréscimo nominal de 6,2% e expansão real de 4,3%, tendo como índice de correção monetária o INPC/IBGE.

Em janeiro de 2018, no Cadastro Fiscal do Distrito Federal havia 163.703 pessoas jurídicas ativas cadastradas no ICMS, segundo dados divulgados pela CCALT/SUREC. Observa-se evolução no número de



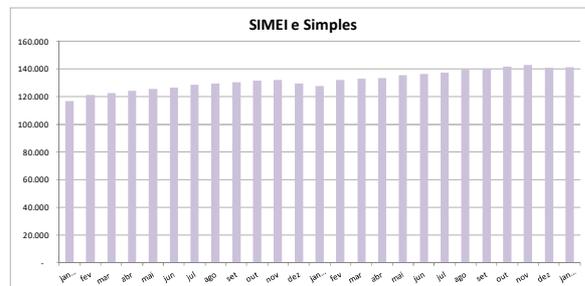
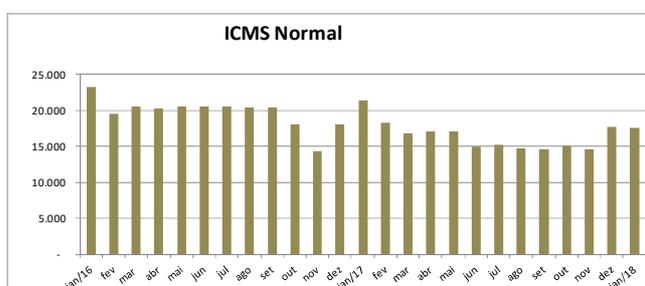
inscrições no ICMS nos últimos sete meses, conforme ilustração abaixo. Do total de inscritos, 86,2% estão enquadrados nos regimes simplificados do Simples Nacional e do SIMEI, com 44.625 e 96.557 contribuintes, respectivamente.

Em relação à localidade, neste mês, houve aumento de contribuintes do ICMS em todas as Agências, à exceção da Agência de Brasília, perfazendo no conjunto 558 novos estabelecimentos.

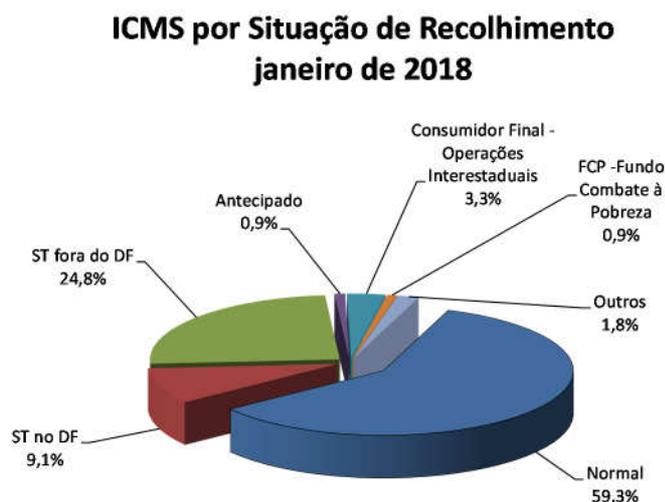
JANEIRO DE 2018 NOME DO REGIME DO ICMS	AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA RECEITA										
	AGBAN	AGBRA	AGCEI	AGEMP	AGGAM	AGPLA	AGSIA	AGSOR	AGTAG	PBRAZ	TOTAL
1) Reg. Especial Prod. Origem Animal	1	2	4	11	5	3		1		1	28
2) Regime Normal de Apuração	676	3.987	1.542	1.888	1.536	545	2.561	717	3.990	174	17.616
3) PRO-DF Logístico											-
4) Regime Especial de Refeições	4	203	7	115	1	2	52	2	48	1	435
5) Reg. Especial-Varejista Mat. Construção		2		13			2		5		22
6) Revendedor Porta-a-Porta				24							24
7) SIMEI - Microempreendedor Individual	5.559	16.827	14.193		14.229	5.800	8.689	6.036	23.138	2.086	96.557
8) Simples Nacional - outras modalidades	2.079	10.966	4.593	30	4.491	1.923	5.708	2.228	11.960	647	44.625
9) Substituto Tributário-OUTRA UF				992							992
10) Telecomunicações-Centralizada				67							67
11) Telecomunicações - Centralizadora		1		8							9
12) Outra UF (E-Commerce)	7	14	9	3.280	5		2		5		3.322
13) Crédito Presumido-Serv Transporte				2		1	2		1		6
TOTAL	8.326	32.002	20.348	6.430	20.267	8.274	17.016	8.984	39.147	2.909	163.703
PARTICIPAÇÃO	5,09%	19,55%	12,43%	3,93%	12,38%	5,05%	10,39%	5,49%	23,91%	1,78%	100,00%
aumento mês atual sobre o mês anterior	0,60%	-0,18%	0,83%	0,09%	0,85%	0,83%	0,09%	0,02%	0,33%	0,28%	0,34%

Fonte: CCALT/SUREC, em 31/01/2018.

Ademais, ao contrário do observado no mês anterior, onde houve expressiva expansão do número de inscritos no Regime Normal de Apuração, neste mês de janeiro de 2018, ocorreu uma retração do número de inscritos nessa modalidade, em parte decorrente da migração desses contribuintes para o regime do SIMEI. As figuras abaixo ilustram a evolução do número de contribuintes no ICMS Normal e SIMEI e Simples a partir de janeiro de 2016.



Quanto à composição do ICMS por situação de recolhimento em janeiro de 2018, constata-se que a maior participação no total da receita do imposto continua sendo do Regime Normal, com 59,3%, seguido da Substituição Tributária Fora e no DF, com 24,8% e 9,1% respectivamente, perfazendo no conjunto 93,2% da receita total do imposto.



Delineando o acréscimo real de R\$ 28,7 milhões na receita total do ICMS em janeiro de 2018 na comparação com janeiro de 2017 pelos principais itens de receita do tributo, destaca-se o incremento do ICMS da modalidade Substituição Tributária Fora do DF (+R\$ 32,6 milhões), que compensou a queda observada na Substituição Tributária no DF (-R\$ 18,7 milhões).

ICMS: ARRECADAÇÃO POR ORIGEM DE RECOLHIMENTO¹				
ITEM	Valores Reais (em R\$ mil)		variação real mensal (em %)	Composição da arrecadação (jan/18)
	jan/18	jan/17		
Normal	416.262	407.928	2,0%	59,3%
ST no DF	63.722	82.399	-22,7%	9,1%
ST fora do DF	174.357	141.803	23,0%	24,8%
Antecipado	6.362	7.355	-13,5%	0,9%
Consumidor Final - Operações Interestaduais	22.885	16.357	39,9%	3,3%
FCP ²	5.864	6.478	-9,5%	0,8%
Outros ³	12.636	11.033	14,5%	1,8%
Total da Arrecadação	702.087	673.353	4,3%	100,0%

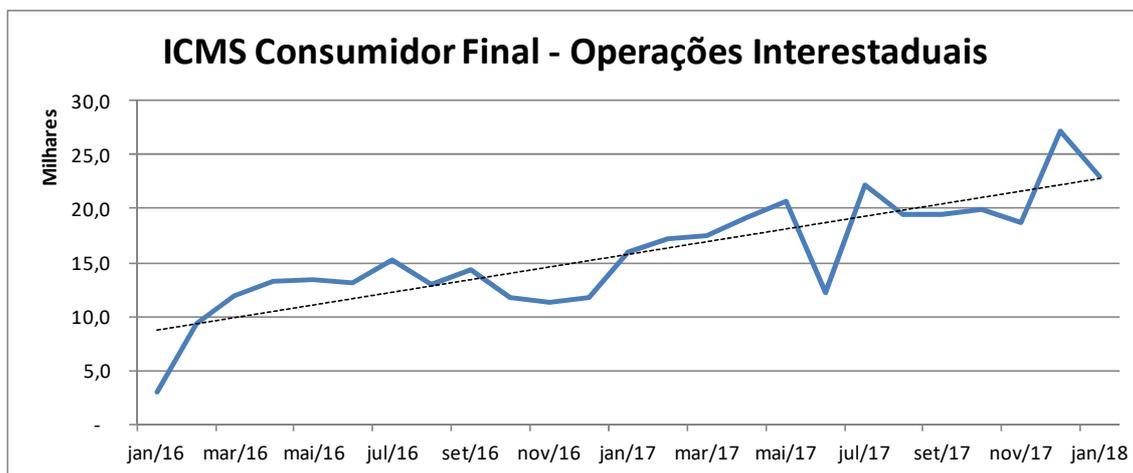
Fonte: Dados SIGGO e SIGEST contabilizado para FCP e Consumidor Final - Operações Interestaduais

Notas: 1. Apuração com base no INPC/IBGE.

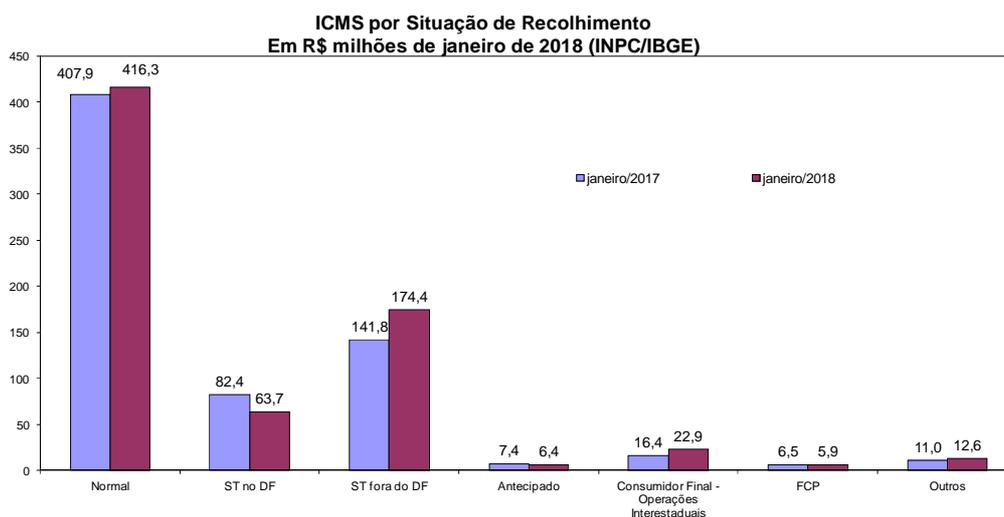
2. FCP - Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

3. Outros = importação, auto de infração, LC 52/97, incentivado, energia elétrica, transporte e comunicação.

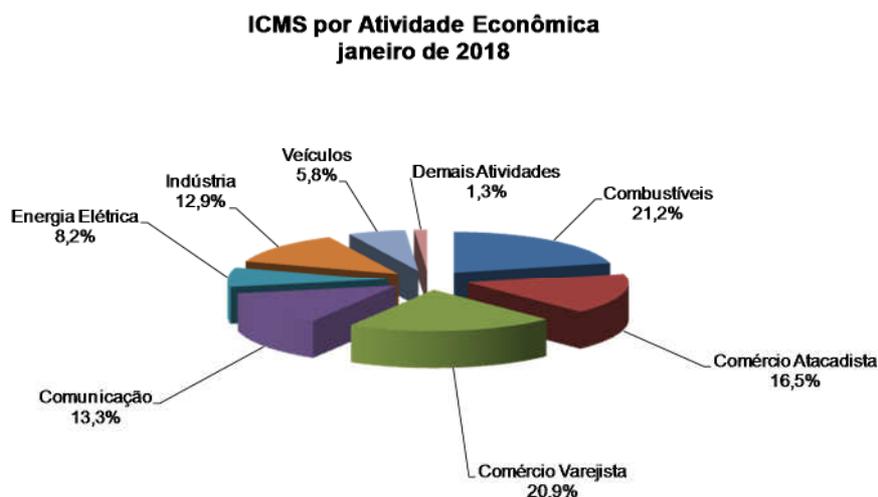
O gráfico seguinte apresenta o desempenho do ICMS referente à modalidade Consumidor Final – Operações Interestaduais, que advém em grande parte do comércio eletrônico. Apesar da queda no mês de janeiro de 2018 em relação ao mês anterior, como tendência, a arrecadação dessa modalidade de recolhimento encontra-se em ascensão.



A figura abaixo ilustra a comparação da arrecadação do ICMS por modalidade de recolhimento no mês de janeiro de 2018 com igual mês de 2017.

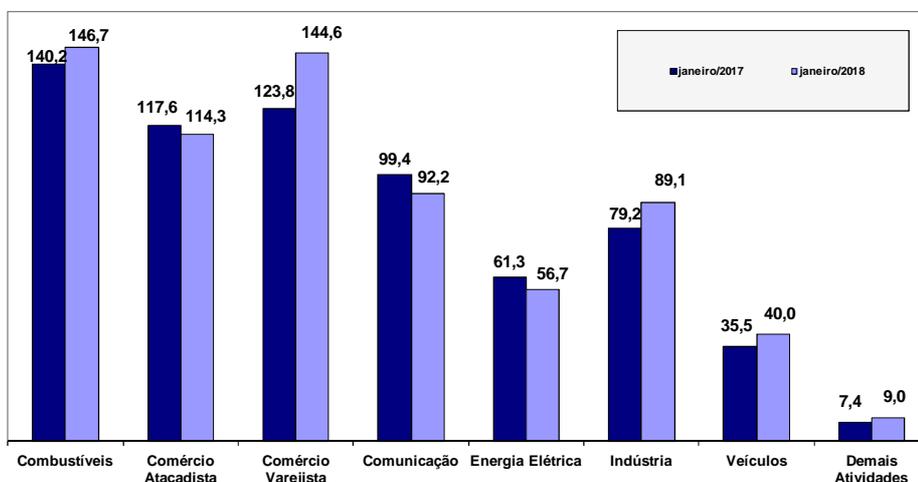


No corte do total do ICMS pelas principais atividades econômicas em janeiro de 2018, observa-se que os setores mais representativos foram Combustíveis com participação de 21,2%, seguido pelo Comércio Varejista, Comércio Atacadista e Comunicação, com 20,9%, 16,5% e 13,3%, respectivamente.



Na avaliação do desempenho real da receita de janeiro de 2018 frente a correspondente mês de 2017, depreendem-se substanciais aumentos no Comércio Varejista (+R\$ 20,8 milhões) e na Indústria (+R\$ 9,9 milhões). Por outro lado, as principais quedas ocorreram nos segmentos de Comunicação (-R\$ 7,2 milhões) e Energia Elétrica (-R\$ 4,6 milhões).

ICMS por Atividade Econômica
Em R\$ milhões de janeiro/2018 (INPC/IBGE)



A tabela abaixo resume a arrecadação do ICMS por atividade econômica, apresentando-as em valores reais para os meses de janeiro de 2018 e de 2017 e a composição da arrecadação em janeiro de 2018.

ICMS: ARRECAÇÃO POR ATIVIDADES SELECIONADAS				
ITEM	Valores Reais ¹ (em R\$ mil)		variação real (em %)	Composição da arrecadação (dezembro/2018)
			jan/18	
	jan/18	jan/17	jan/17	
Combustíveis	146.709	140.229	4,6%	21,2%
Comércio Atacadista	114.277	117.555	-2,8%	16,5%
Comércio Varejista	144.594	123.806	16,8%	20,9%
Comunicação	92.232	99.447	-7,3%	13,3%
Energia Elétrica	56.726	61.310	-7,5%	8,2%
Indústria	89.090	79.177	12,5%	12,9%
Veículos	40.043	35.510	12,8%	5,8%
Demais Atividades	8.970	7.374	21,7%	1,3%
TOTAL	692.641	664.407	4,2%	100,0%

Fonte: SITAF.

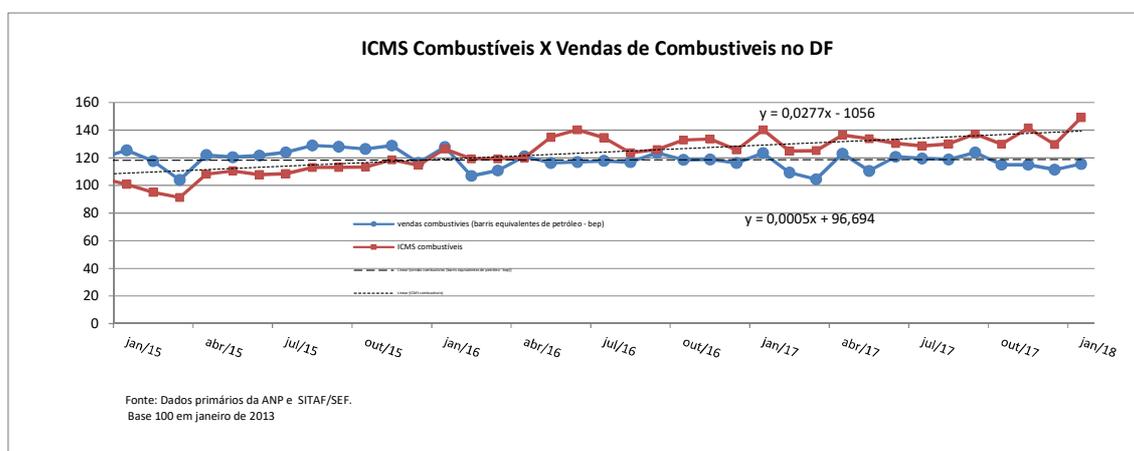
Nota: 1. Apuração com base no INPC/IBGE.

DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO PERANTE O CENÁRIO ECONÔMICO

COMBUSTÍVEIS

Para a avaliação do segmento de combustíveis no Distrito Federal, tomaram-se como base as vendas de derivados de petróleo pelas distribuidoras, conforme publicação da Agência Nacional do Petróleo – ANP.

Assim foram construídos números-índice das séries de ICMS combustíveis e venda de combustíveis totais. Para o mês de janeiro de 2018 em relação ao mês precedente, observam-se acréscimos tanto na venda de combustíveis quanto na arrecadação do ICMS. Registrou-se em termos nominais, o maior patamar para as vendas do insumo dos últimos quatro meses, ao passo que o nível da arrecadação do setor atingiu o maior valor observado para a série em análise. Ressalte-se que ambas as curvas apresentam tendência de crescimento no longo prazo, sendo que a do ICMS mais pronunciada.



Analisando a arrecadação do ICMS do setor no Distrito Federal, conforme tabela anterior, houve aumento real de 4,6% na arrecadação do mês de janeiro de 2018 em comparação com o mesmo período de 2017.

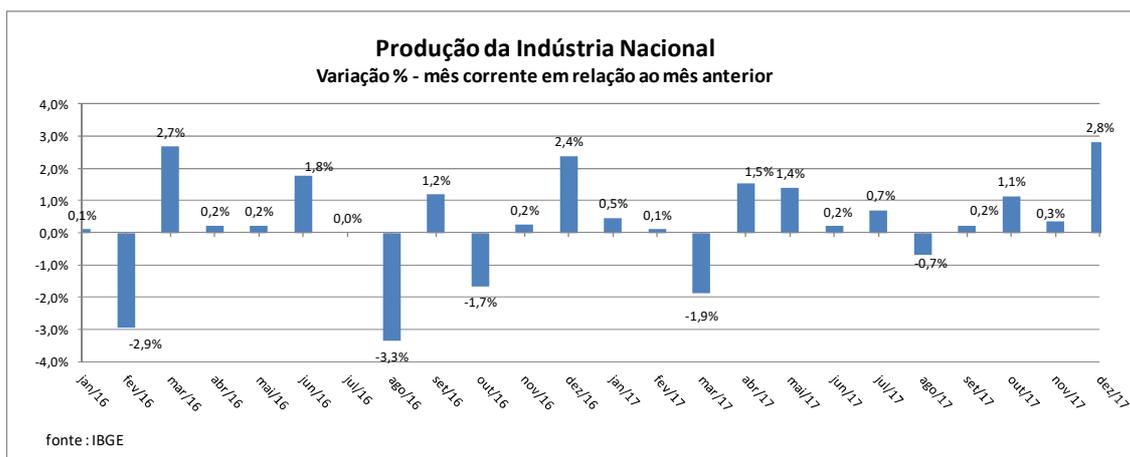
INDÚSTRIA

Os dados de dezembro da publicação Indicadores Estruturais, produzida pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), mostraram aumento de 0,3% no emprego no mês, crescimento de 0,8% nas horas trabalhadas e elevação de 0,2% do faturamento real. Com isso, o ano de 2017 se encerra ainda com queda da maioria das variáveis da indústria na comparação com 2016. A Utilização da Capacidade Instalada (UCI) encerra o ano 1,3 p.p. acima do registrado em dezembro de 2016, enquanto a UCI média de 2017 ficou 0,4 ponto percentual (p.p.) acima da média de 2016.

De acordo com os dados da Pesquisa Industrial Mensal Produção Física – Regional divulgada em 1º de fevereiro pelo IBGE, a produção industrial nacional mostrou expansão de 2,8% frente ao mês imediatamente anterior, na série livre de influências sazonais, quarto resultado positivo seguido e acumulando nesse período ganho de 4,2%. Cabe destacar que o avanço verificado nesse mês foi o maior desde junho de 2013 (3,5%), ficando praticamente no teto das estimativas de 24 consultorias e instituições financeiras consultadas pelo jornal Valor Econômico, que variavam de 0,5% a 3,0% de aumento. Perante dezembro de 2016, a produção industrial cresceu 4,3% em dezembro de 2017, oitava taxa positiva consecutiva, mas menos acentuada do que as observadas em outubro (5,5%) e novembro (4,7%) últimos.

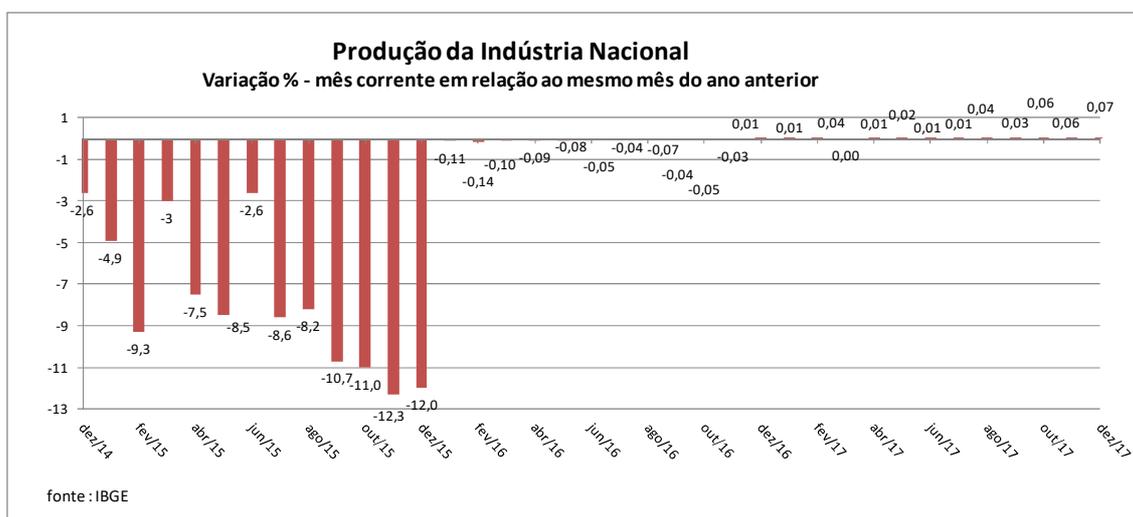
Além do bom desempenho da indústria na passagem de novembro para dezembro de 2017, o IBGE revisou para cima o desempenho de meses anteriores. A produção de agosto passou a ter uma queda menor, de 0,3% (ante recuo de 0,6%), enquanto a elevação de novembro foi revista de 0,2% para 0,3%.

Assim, após três anos de queda, a indústria brasileira encerrou o ano com avanço de 2,5%. É o melhor resultado anual desde 2010, quando a indústria avançou 10,2%. O crescimento registrado pela produção industrial brasileira no ano passado nem de longe compensa o recuo de 17% acumulado pelo setor durante os três anos de recessão, encontrando-se ainda 13,8% abaixo do nível recorde alcançado em junho de 2013.



Quanto aos dados da Pesquisa Industrial Mensal Produção Física – Regional divulgada pelo IBGE, em dezembro de 2017, a produção industrial nacional mostrou-se com maior vigor, apresentando acréscimo de 2,8% frente ao mês imediatamente anterior, na série livre de influências sazonais - o quarto consecutivo, sendo que a alta foi de 0,3% de outubro para novembro, conforme apresenta a ilustração a seguir.

Ainda conforme os dados do IBGE, a produção industrial nacional em dezembro de 2017 apresentou avanço de 0,07% na comparação com o mesmo mês de 2016. Percebe-se uma retomada gradual da indústria ao longo de 2017, conforme ilustração abaixo.



Quanto à arrecadação do ICMS da Indústria no Distrito Federal, o resultado do mês de janeiro de 2018 foi de acréscimo de 12,5% na comparação real com o mesmo mês de 2017.

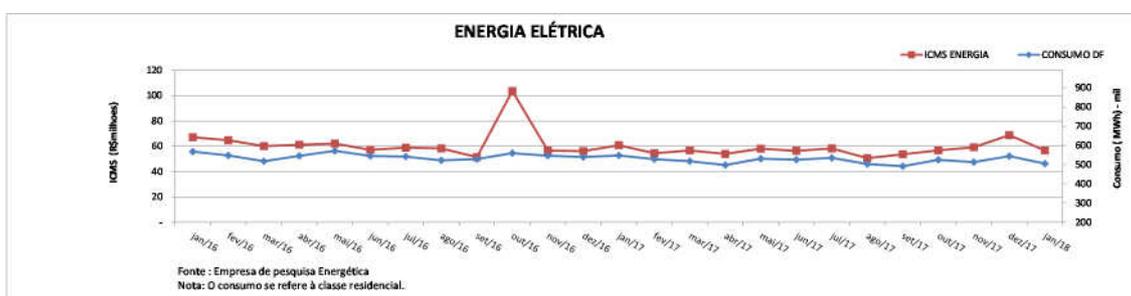
ENERGIA ELÉTRICA

Na Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) relatou que o consumo de energia elétrica na rede totalizou 39.288 GWh em dezembro, representado crescimento de 1,7% em relação ao mesmo mês de 2016. Mais uma vez todas as regiões do país apresentaram taxas positivas, tendo o Centro-Oeste apresentado crescimento de 3,1% no mês e de 1,9% no ano. Em

2017 a variação foi de +0,8% em relação a 2016, primeiro resultado positivo dos últimos três anos.

No Centro-Oeste, o consumo residencial foi reduzido somente no Distrito Federal (-7,8%), situação que se repetiu no acumulado do ano (-2,9%). Também na classe comercial o volume de eletricidade consumido pelo Distrito Federal teve queda de 5,1% no mês de dezembro e contração de 3,8% no acumulado do ano.

O gráfico abaixo apresenta a evolução de consumo de energia elétrica e de arrecadação do ICMS do setor, a partir de janeiro de 2016. Percebe-se que ambos, consumo e arrecadação, apresentaram decréscimo em janeiro de 2018.



No que tange ao desempenho da arrecadação do ICMS para o setor, na comparação de janeiro de 2018 com igual mês em 2017, contabilizou-se queda de 7,5%.

VEÍCULOS

Em dezembro, as vendas subiram 4% em relação a igual mês do ano anterior, para 212,6 mil unidades. O volume, se comparado a novembro, apresentou variação semelhante, com expansão de 4,1%, conforme dados divulgados em 4 de janeiro pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos (Fenabreve), associação que representa as concessionárias. No acumulado do ano, o crescimento foi de 9,25%, para 2,239 milhões de unidades, depois de quatro anos seguidos de queda.

Apesar de ter voltado a crescer, o mercado de veículos ainda está longe de retornar aos volumes que registrava antes da crise econômica. Em 2014, último ano antes do início da recessão, as vendas atingiram 3,49 milhões de unidades, 56% a mais que o resultado observado no ano passado.

No Distrito Federal, de acordo com pesquisa mensal divulgada pelo Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos do Distrito Federal (Sincodiv-DF), foram comercializadas 6.844 unidades (automóveis, camionetas, caminhões, micro-ônibus e ônibus), altas expressivas de 27,35% ante as 5.374 comercializadas em novembro e de 10,71% em relação a dezembro de 2016.

Quanto à arrecadação do ICMS Veículos no Distrito Federal, o resultado do mês de janeiro de 2018 foi de acréscimo real de 12,8% na comparação com o mesmo mês em 2017.

VENDAS NO VAREJO

Após dois anos seguidos de quedas, o volume de vendas do varejo cresceu 2,0% em 2017, de acordo com o IBGE. Foi o melhor ano desde 2014 (2,2%). Em dezembro de 2017, porém, as vendas varejistas surpreenderam negativamente e recuaram 1,5% em relação a novembro, já descontados os efeitos sazonais. Os dados são da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada em 9 de fevereiro pelo IBGE. No varejo ampliado - que inclui automóveis e material de construção - a expansão em 2017 foi maior, de 4,0%.

Apesar de já ser esperado um recuo nas vendas no varejo, a intensidade foi maior que a prevista. Na média, as 24 consultorias e instituições financeiras consultadas pelo jornal Valor Econômico previam redução de 0,5% no mês. Para o acumulado de 2017, a previsão era de crescimento de 2,3%. O IBGE revisou o resultado de novembro, de 0,7% para 1,0% de alta. Perante dezembro de 2016, houve elevação de 3,3%.

Regionalmente, o fechamento do ano de 2017, frente ao de 2016, mostrou avanço no volume de vendas do comércio varejista em 18 das 27 Unidades da Federação, com destaque, em termos de crescimento, para Santa Catarina (13,5%). Por outro lado, o Distrito Federal aparece com o terceiro maior recuo nas vendas em relação ao ano de 2016 (-6,6%).

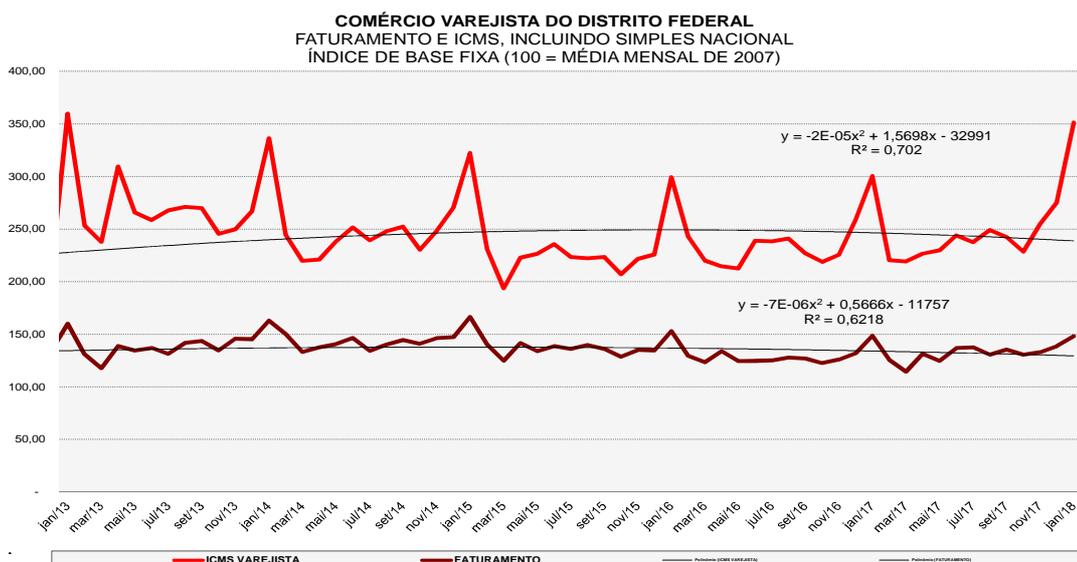
Os setores de Combustíveis e Lubrificantes e Hipermercados e Supermercados, foram os que apresentaram as maiores variações negativas (de 15,6% e 18,9% e de 9,8% e 16,8%, respectivamente), sendo esta última a maior queda entre as doze UFs pesquisadas. Em sentido inverso, os setores de Móveis e Eletrodomésticos e Material de construção apresentaram variações positivas de

volume de vendas de 59,0% e 11,4% frente ao mês anterior e de 26,0% e 24,9% frente a dez/2016.

De acordo com o Indicador de Varejo da Mastercard - SpendingPulse, divulgado em 2 de fevereiro, o ano passado apontou um crescimento de 1,2% nas vendas totais (excluindo os setores de automóveis e materiais de construção), número bastante positivo para o mercado, principalmente, se comparado aos anos de 2015 e 2016 que fecharam com queda de 8,9% e 4,5%, respectivamente. Em termos regionais, entretanto, enquanto Norte (3,7%), Sul (4,6%) e Sudeste (2,8%) tiveram desempenho acima da média, Nordeste (1,4%) e Centro Oeste (-0,5%) ficaram abaixo do registrado pelo varejo, na comparação com dezembro de 2016.

Quanto à arrecadação do ICMS do Comércio Varejista no Distrito Federal, o resultado do mês de janeiro de 2018 foi aumento de 16,8% na comparação real com o mesmo mês em 2017.

Conforme gráfico apresentado abaixo, a curva de arrecadação do ICMS varejista no Distrito Federal apresentou substancial acréscimo em janeiro de 2018, mesmo comportamento observado para faturamento das empresas, esse último mais suavizado.



ICMS BRASIL

A arrecadação do ICMS, incluindo dívida ativa, multas e juros e simples nacional, em nível nacional apresentou aumento real de 3,45% em 2018 frente a 2017. Nessa mesma comparação, o Distrito Federal apresentou decréscimo de 0,22%, ocupando a 24ª posição no ranking dos melhores desempenhos dentre as 27 Unidades Federadas, conforme tabela seguinte.

ICMS BRASIL – 2017 – Valores em R\$ milhões a preços de janeiro/2018 (INPC/IBGE)

ICMS 2017

UF	ESTADO	2016	2017	Variação (em %)	
1	PI	Piauí	3.425,0	3.841,3	12,16%
2	SC	Santa Catarina	17.623,7	19.403,9	10,10%
3	PR	Paraná	27.217,8	29.905,4	9,87%
4	RO	Rondônia	3.023,4	3.304,6	9,30%
5	RN	Rio Grande do Norte	4.799,9	5.244,0	9,25%
6	MG	Minas Gerais	43.567,4	47.143,9	8,21%
7	MT	Mato Grosso	10.058,4	10.831,3	7,68%
8	RR	Roraima	733,7	786,5	7,20%
9	PB	Paraíba	4.917,0	5.240,8	6,58%
10	CE	Ceará	10.854,9	11.469,9	5,67%
11	BA	Bahia	20.291,7	21.424,4	5,58%
12	MS	Mato Grosso do Sul	8.446,1	8.873,1	5,06%
13	AP	Amapá	728,7	761,4	4,49%
14	SE	Sergipe	3.098,8	3.234,8	4,39%
15	TO	Tocantins	2.456,3	2.562,3	4,32%
16	AM	Amazonas	7.436,3	7.687,6	3,38%
17	RS	Rio Grande do Sul	31.420,1	32.265,9	2,69%
18	SP	São Paulo	130.955,0	133.617,4	2,03%
19	ES	Espírito Santo	9.174,4	9.358,1	2,00%
20	PE	Pernambuco	14.345,7	14.614,8	1,88%
21	GO	Goiás	14.911,5	15.176,0	1,77%
22	MA	Maranhão	6.249,1	6.354,8	1,69%
23	AC	Acre	1.066,2	1.081,7	1,45%
24	DF	Distrito Federal	8.021,0	8.003,0	-0,22%
25	RJ	Rio de Janeiro	33.316,1	32.907,1	-1,23%
26	PA	Pará	10.494,1	10.296,8	-1,88%
27	AL	Alagoas	3.733,2	3.613,7	-3,20%
	BRASIL	393.280,5	406.835,9	3,45%	

Fonte: SEF-DF e COTEPE/CONFAZ/MF.

ARRECAÇÃO DO REGIME SIMPLIFICADO

Os ingressos provenientes do Simples Nacional em janeiro de 2018 totalizaram R\$ 40,1 milhões, que representam um acréscimo de 18,6% em relação ao mês precedente. Nesse período, houve acréscimos de 18,6% para o ICMS e de 18,7% para o ISS. Quanto ao número de contribuintes observou-se aumentos tanto para o ICMS quanto para o ISS, correspondentes a 0,4% e 0,7% respectivamente.

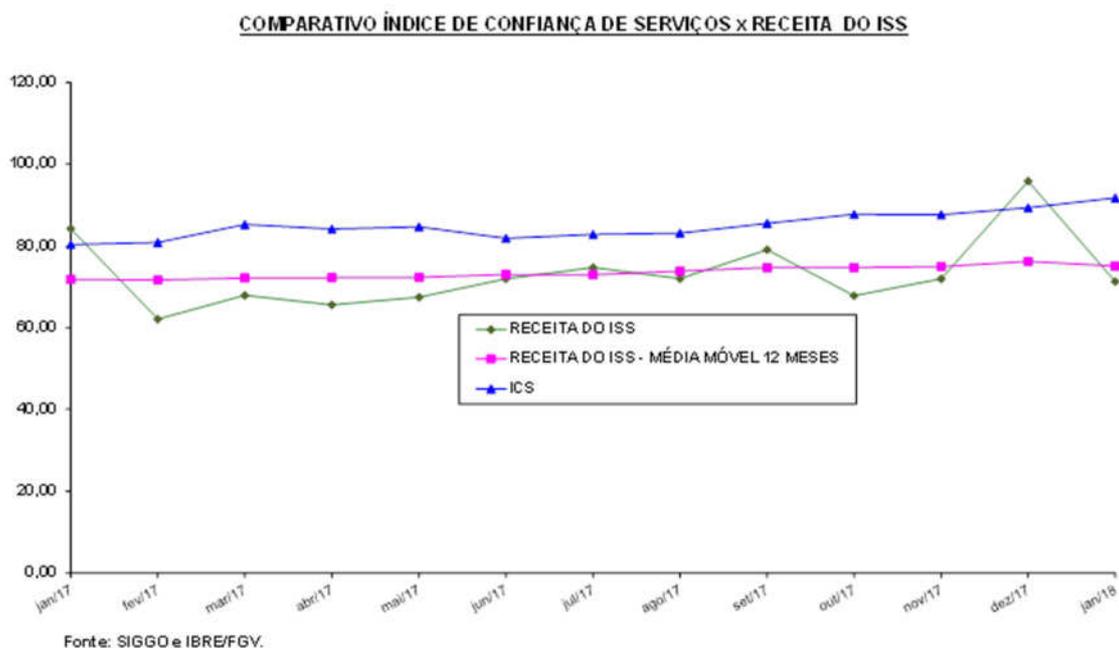
ARRECAÇÃO SIMPLES NACIONAL - ÚLTIMOS 6 MESES						
Mês/Ano		ICMS		ISS		Total da Arrecadação (em R\$)
		Valor (em R\$)	Nº de Contribuintes	Valor (em R\$)	Nº de Contribuintes	
agosto	2017	17.743.768,28	139.447	13.594.102,17	136.796	31.337.870,45
setembro	2017	17.863.308,83	140.251	14.262.152,27	138.109	32.125.461,10
outubro	2017	18.028.165,25	161.501	15.499.477,77	168.972	33.527.643,02
novembro	2017	16.670.115,74	162.335	13.489.143,77	169.768	30.159.259,51
dezembro	2017	18.989.089,26	140.604	14.781.613,74	139.898	33.770.703,00
janeiro	2018	22.510.773,70	141.182	17.552.063,14	140.876	40.062.836,84

Nota: Nº de contribuintes inclui SIMEI.

ARRECAÇÃO DO ISS

No mês de janeiro de 2018, a receita do Imposto Sobre Serviços (ISS) contabilizou o montante de R\$ 131,4 milhões em valores correntes. No confronto com os recolhimentos contabilizados no mesmo mês do ano anterior apurou-se um decréscimo nominal de 15,3% na arrecadação, correspondente a uma perda real de 16,9%, com o expurgo da inflação pelo INPC/IBGE.

O Índice de Confiança de Serviços – ICS, medido pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, avalia a tendência de curto prazo e o comportamento das empresas do setor de serviços, com abrangência nacional. O gráfico a seguir traz o comportamento deste indicador, até janeiro de 2018, frente à arrecadação de ISS do Distrito Federal.



O Índice de confiança de Serviços (ICS), da Fundação Getúlio Vargas, avançou 2,4 pontos em janeiro de 2018, para 91,8 pontos. Com o resultado, o índice atingiu o maior nível desde julho de 2014 (92,4 pontos).

Vale salientar que a partir de novembro de 2015, a classificação setorial das sondagens de tendências do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE), passou a ser determinada pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas em sua versão 2.0 (CNAE 2.0, IBGE). Todas as informações contidas nos relatórios emitidos pela FGV/IBRE, referente ao setorial das sondagens de tendências, são ajustadas por sazonalidade, exceto quando expressamente indicado. E, também, as séries históricas com ajuste sazonal foram revisadas em fevereiro de 2017, considerando todos os dados disponíveis.

No mês de janeiro de 2018, o cadastro fiscal do DF registrou 171.285 contribuintes ativos com atividade do ISS, classificados de acordo com a tabela a seguir.

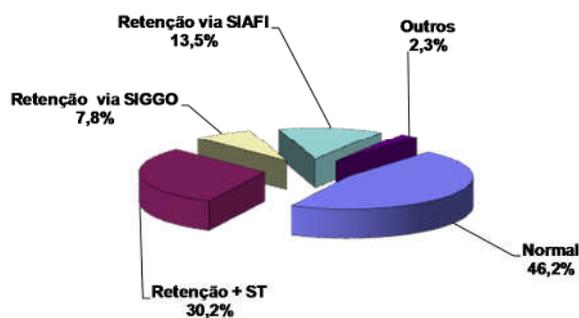
JANEIRO DE 2018											
NOME DO REGIME DO ISS	AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA RECEITA										
	AGBAN	AGBRA	AGCEI	AGEMP	AGGAM	AGPLA	AGSIA	AGSOR	AGTAG	PBRAZ	TOTAL
1) Regime Normal de Apuração	853	11.579	1.391	2.256	1.397	421	4.119	811	5.547	144	28.518
2) Substituto Tributário Interno -ISS		3		39							42
3) PRO-DF Logístico											
4) SIMEI - Microempreendedor Individual	5.543	18.439	13.314		13.411	4.850	8.777	5.983	22.532	1.874	94.723
5) SIMPLES NACIONAL	2.095	14.980	3.587	27	3.545	1.299	6.184	2.021	11.962	453	46.153
6) Sociedades Uniprofissionais	2	790	6	8	4	1	57	5	65	2	940
7) Substituto Tributário - ISS (OUTRA UF)				1							1
8) Telecom/Energia Elétrica - Centralizada				54							54
9) Telecom/Energia Elétrica - Centralizadora		1		7							8
10) Outra UF (E-Commerce)	4	9	2	754	4		1		2		776
11) Outra UF - Prestação de Serviço no DF		2		67						1	70
TOTAL	8.497	45.803	18.300	3.213	18.361	6.571	19.138	8.820	40.108	2.474	171.285
PARTICIPAÇÃO	4,96%	26,74%	10,68%	1,88%	10,72%	3,84%	11,17%	5,15%	23,42%	1,44%	

No comparativo com o mês anterior houve um aumento de 472 inscrições no total de contribuintes do ISS, com destaque para o SIMEI – Microempreendedor Individual, que obteve 1.194 novas inscrições e para o Regime Normal de Apuração, que apresentou diminuição de 485 inscrições.

Em termos de participação por localidade, 26,7% do total de inscritos encontram-se na circunscrição de Brasília, 23,4% na circunscrição de Taguatinga e 49,8%, nas demais localidades. Do total de inscrições, 55,5% estão no SIMEI; 27,0%, no Simples Nacional; 16,7,0%, no Regime Normal de Apuração e apenas 1,1%, nas demais modalidades.

Na avaliação das principais modalidades de recolhimento do ISS em janeiro de 2018, o ISS Normal respondeu por 46,2%, enquanto que a modalidade de recolhimento por responsabilidade de terceiros efetuada pelo setor privado (Retenção + ST), por 30,2%. A Retenção via SIAFI respondeu por 13,5%; a Retenção via SIGGO, por 7,8%, e Outros, por 2,3%.

ISS por Situação de Recolhimento janeiro de 2018



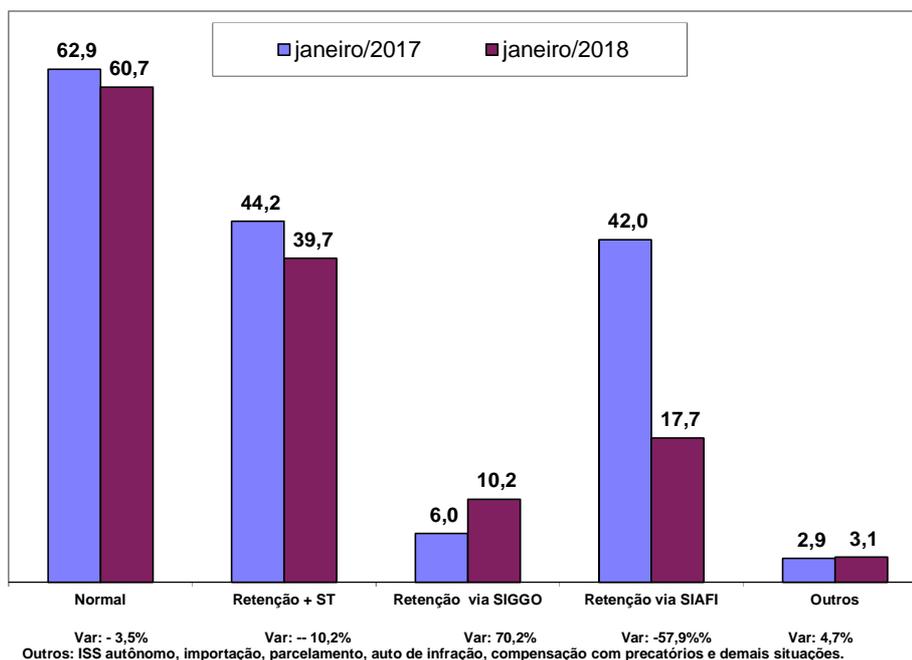
A tabela adiante apresenta valores reais, variações reais e a composição da arrecadação do ISS, por modalidade de recolhimento, nos meses de janeiro de 2016 e 2017.

Observa-se que as modalidades Retenção via SIGGO e Outros evidenciaram as maiores variações mensais positivas, de 70,0% e de 4,7%, respectivamente, ao passo que a modalidade Retenção via SIAFI apresentou a maior variação mensal negativa, de 57,9%.

ARRECAÇÃO DO ISS POR SITUAÇÃO DE RECOLHIMENTO				
ISS	Valores Reais (em R\$ mil)		Varição Real ¹ (em%)	Composição da arrecadação (jan -18)
	jan/17	jan/18	jan/18	
	jan/17	jan/18	jan/17	
Normal	62.889	60.691	-3,5%	46,2%
Retenção + ST	44.243	39.717	-10,2%	30,2%
Retenção via SIGGO	5.994	10.191	70,0%	7,8%
Retenção via SIAFI	41.995	17.673	-57,9%	13,5%
Outros	2.941	3.080	4,7%	2,3%
Total da Arrecadação	158.062	131.352	-16,9%	100,00%
Fonte: SIGGO				
1:Apuração com base no INPC/IBGE.				

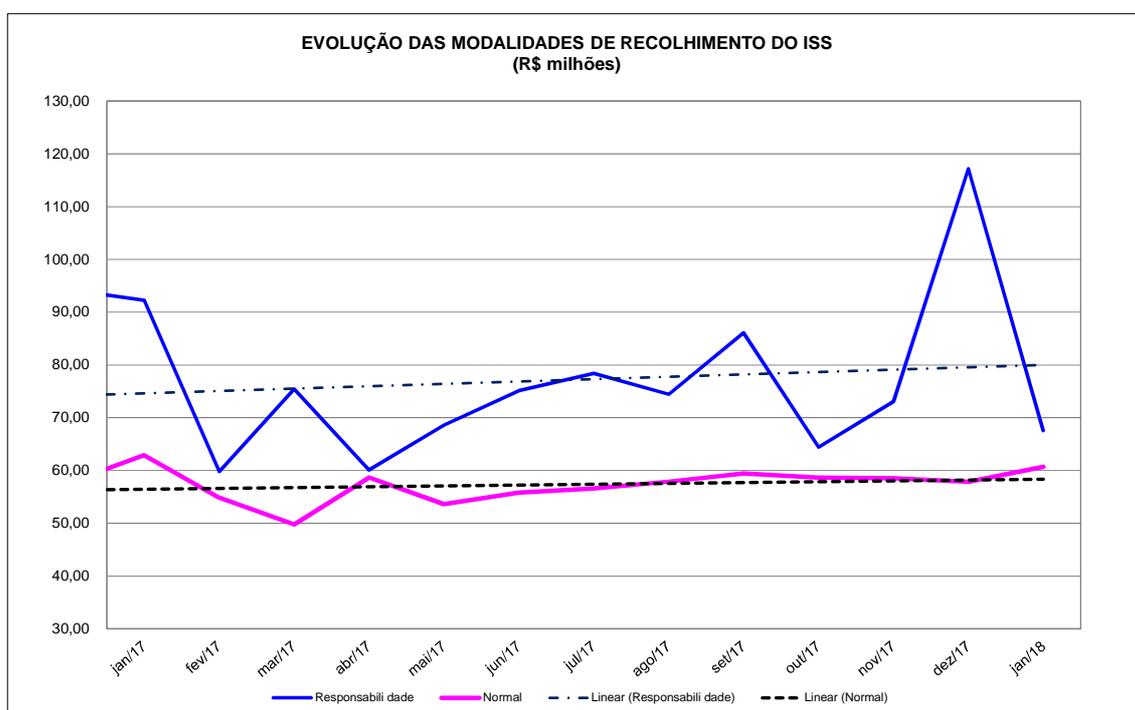
A figura seguinte ilustra a comparação em termos reais de arrecadação do ISS por modalidade de recolhimento em janeiro de 2018 como o mesmo período de 2017.

ISS por situação de recolhimento
Em R\$ milhões de janeiro/2018 (INPC/IBGE)



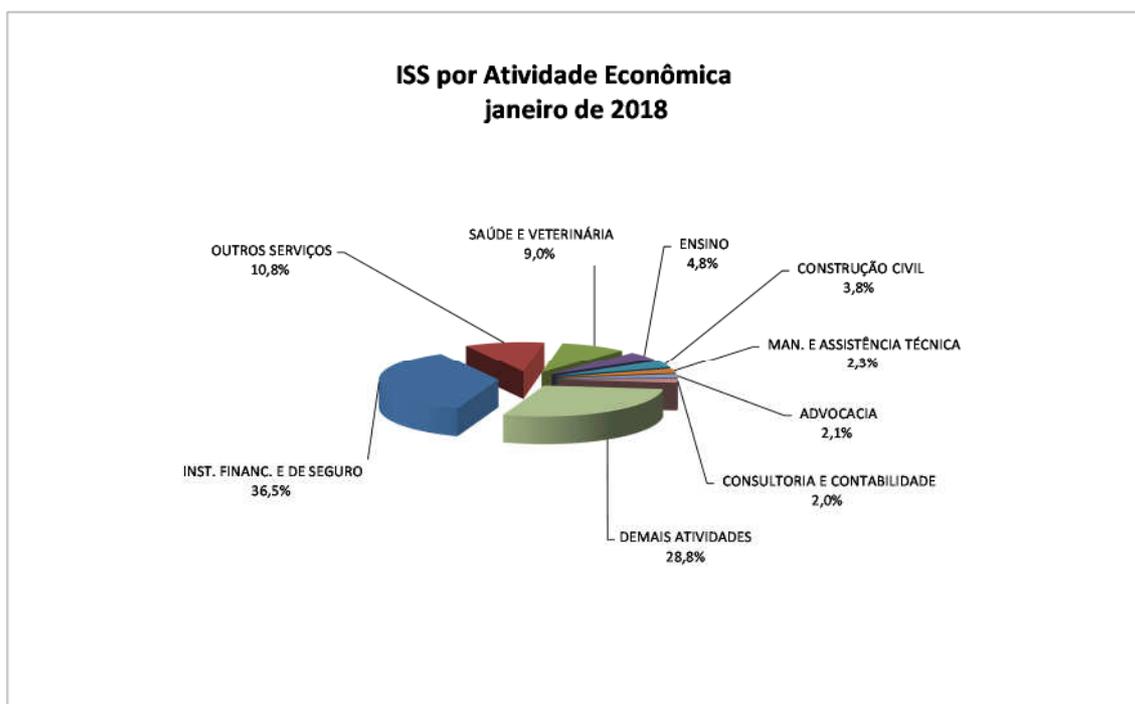
No que tange ao decréscimo real de arrecadação do ISS no total de R\$ 26,7 milhões em janeiro de 2018 em comparação com janeiro de 2017, verifica-se que esta ocorreu essencialmente devido à queda na modalidade Retenção via SIAFI (-R\$ 24,3 milhões). Uma possível explicação repousa no fato de que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) veda a existência de

restos a pagar, sem disponibilidade de caixa, no último ano de mandato (2018). Assim sendo, a União pode ter promovido esforços na liquidação, até dezembro de 2017, de despesas empenhadas naquele ano, o que contribuiria para a elevação do recolhimento de ISS na modalidade Responsabilidade (Retenção via SIAFI) em dezembro de 2017 (R\$ 65,3 milhões), montante bem acima do que foi arrecadado no mês de janeiro de 2018 (R\$ 17,7 milhões). Esse fato fica evidenciado no gráfico que apresenta a evolução das modalidades de recolhimento do ISS, apresentado abaixo.



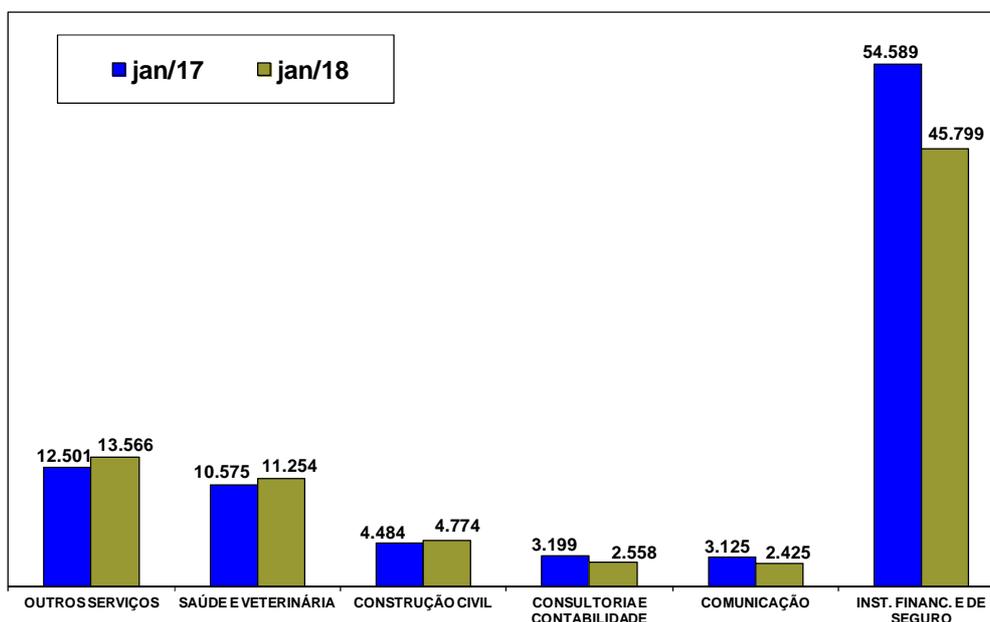
Do gráfico acima, é possível depreender que, apesar dos altos e baixos, principalmente na modalidade ISS por Responsabilidade, as linhas de tendência mostram relativa estabilidade das séries históricas, em ambas modalidades.

Partindo para a composição do ISS por segmento econômico em janeiro de 2018, verifica-se conforme gráfico abaixo que a maior participação na arrecadação do imposto permaneceu no segmento de Instituições Financeiras e de Seguro (36,5%), acompanhada pelos segmentos de Saúde e Veterinária (9,0%) e Ensino (4,8%).



O gráfico abaixo aponta o desempenho da arrecadação do ISS conforme os principais setores econômicos. Foram excluídas as retenções efetuadas por órgãos públicos concentradas nas áreas de informática, segurança e limpeza pelo fato delas não constarem integralmente na base de dados que serve de referência para a análise.

**ISS por Atividade Econômica - Total de Contribuintes
Maiores Variações Absolutas- Atividades Seleccionadas*
Em R\$ mil janeiro/2018 (INPC/IBGE)**



(*) Exclui os setores de informática, segurança e limpeza, pois o financeiro dos contribuintes contempla apenas parcialmente a retenção por órgãos públicos.

No confronto da arrecadação de janeiro de 2018 com janeiro de 2017, os principais acréscimos ocorreram nas atividades Outros Serviços (+R\$ 1,1 milhão), Saúde e Veterinária (+R\$ 678 mil) e Construção Civil (+R\$ 290 mil). Por outro lado, apresentaram decréscimos as atividades de Consultoria e Contabilidade (-R\$ 641 mil), de Comunicação (-R\$ 700 mil) e Instituição Financeira e de Seguro (-R\$ 8,8 milhões).

SÉRIES HISTÓRICAS

(01 Janeiro 2018 – Séries Históricas.xls)